



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

**PROJETO: IMPLANTAR POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

<b>Número do Projeto: 08/2011-1</b>
<b>Código do Projeto: CTI_SI_POLITICA</b>
<b>Versão: 2</b>
<b>Área demandante: Comitê de Planejamento e Gestão</b>
<b>Data da versão: 09/01/2013</b>

**COORDENADOR:** Juiz Armando Augusto Pinheiro Pires  
(NOME)

**GERENTE DE PROJETO:** Gerson Ribeiro Fasano  
(NOME)

3150-2000 ramal 2726  
(TELEFONE/RAMAL)

gerson.fasano@trtsp.jus.br  
(ENDEREÇO ELETRÔNICO)

**1. Identificação**

Nome do projeto: Implantar Política de Segurança da Informação e Comunicação

Número do projeto: 08/2011-1

**2. Responsáveis**

Área responsável pela execução: Comitê de Segurança da Informação

Parceiros na execução: Comissão de Treinamento e Capacitação

Comissão de Orçamento e Aquisições



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

<b>3. Cronograma</b>	
Data de início do projeto	26/01/2012
<b>4. Beneficiários</b>	
Beneficiados diretos	Os agentes do Judiciário e o jurisdicionado
Área de abrangência	Todas as unidades judiciárias e administrativas do TRT da 2ª Região
<b>5. Escopo</b>	
Problematização (por quê?)	O Tribunal possui diversas ferramentas de segurança da informação com controles implementados, que não se encontram discriminados em um documento formal e unificados em uma política maior de segurança, com a aprovação de um Comitê representativo das unidades que compõem o TRT
<b>6. Meta</b>	
Meta (para quê?)	<ul style="list-style-type: none"><li>- Alinhamento com padrões de segurança da informação adotados no Judiciário</li><li>- Refletir os requisitos de negócio em um plano de segurança da informação que leve em consideração a infraestrutura de TI e a cultura de segurança da instituição</li><li>- Estabelecer um conjunto de regras e procedimentos que garantam a segurança da informação institucional alinhado ao planejamento estratégico (PEI e PETI)</li><li>- Direcionamento dos gastos em segurança da informação</li></ul>
<b>7. Metodologia</b>	
Metodologia (como?)	<ul style="list-style-type: none"><li>- Dinâmica de grupo</li><li>- Pesquisa normativa</li><li>- Pesquisa bibliográfica</li><li>- Pesquisa de campo</li></ul>



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

**8. Embasamento conceitual**

Conceitos e normativos

**Determinação do TCU:**

“9.1.12 - em atendimento ao art. 13 da Resolução nº 90/2009-CNJ, art. 13, implante Política de Segurança da Informação e Comunicações, observando as práticas contidas na NBR - ISO/IEC 27002, item 5.1 - Política de Segurança da Informação (item 3.16);” (Ac. TCU 2.938/2010, p. 2, item 9.1.12)

Detalhamento na p. 18, item 3.16 do Ac. TCU 2.938/2010

**Normativos:**

Resolução CNJ 90/2009

NBR - ISO/IEC 27002

**9. Organização**

Atividades

1. Pesquisar normas já existentes sobre o assunto em outros Tribunais para conhecer a política de segurança da informação adotado pelos Órgãos
2. Definir a política de segurança da informação
3. Redigir a política de segurança da informação
4. Editar a norma e publicar
5. Definir o processo de revisão periódica e respectivas atividades

**10. Resultados**

Resultados esperados

Assegurar a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade da informação

**11. Custos**

Recursos financeiros previstos

A definir



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

**Detalhamento das atividades**

<b>Atividade</b>	<b>Responsável</b>	<b>Início</b>	<b>Término</b>
1. Pesquisar normas já existentes sobre o assunto em outros Tribunais para conhecer a política de segurança da informação adotado pelos Órgãos	Thiago Ferauche, Gerson Ribeiro Fasano e Cesar Rodrigo Bandoni, Luis Daguano, Marcio Nisi	29/10/2012	21/11/2012
2. Definir a política de segurança da informação	Comitê de Segurança da Informação	22/11/2012	29/11/2012
3. Redigir a política de segurança da informação	Comitê de Segurança da Informação	30/11/2012	03/12/2012
4. Editar a norma e publicar	Secretaria de Gestão da Informação Institucional / Presidência	04/12/2012	12/12/2012
5. Definir o processo de revisão periódica e respectivas atividades	Comitê de Segurança da Informação		



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO